

A Recessão, a Pandemia e o Desempoderamento das Mulheres Brasileiras

La Recesión, la Pandemia y el Desempoderamiento de las Mujeres Brasileñas

The Recession, the Pandemic and the Disempowerment of Brazilian Women

José Eustáquio Alves

Suzana Cavenaghi

Resumo: O Brasil foi um dos países que apresentou maior crescimento econômico entre 1900 e 1980. A dinâmica econômica favorável ajudou no progresso geral das condições de vida da população e possibilitou a redução das desigualdades de gênero no país. As mulheres brasileiras conquistaram vitórias expressivas, como a conquista do direito de voto em 1932, o aumento da esperança de vida, o aumento das matrículas escolares, maior acesso aos benefícios da previdência e da proteção social (como o Bolsa Família) e grandes avanços no mercado de trabalho. A partir de 1940 as mulheres passaram a ser maioria da população brasileira e, a partir de 1998, passaram a ser maioria do eleitorado. Parecia que o país caminhava ao longo do século XXI para uma sociedade que se aproximava da paridade de gênero. Porém, a conjuntura favorável ao progresso feminino mudou a partir da crise econômica de 2014 e se agravou ainda mais com os impactos da pandemia da covid-19. O Brasil tem assistido retrocessos no campo da maior autonomia feminina e na inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Pandemia. Gênero. Bônus Demográfico Feminino. Desempoderamento.

Resumen: Brasil fue uno de los países que mostró el mayor crecimiento económico entre 1900 y 1980. La dinámica económica favorable ayudó en el progreso general de las condiciones de vida de la población y posibilitó la reducción de las desigualdades de género en el país. A lo largo de los años, las mujeres brasileñas han logrado importantes victorias, como la consecución del derecho al voto en 1932, el aumento de la esperanza de vida, el aumento de la matrícula escolar, un mayor acceso a las seguridad y protección social (como el Bolsa Família) e importantes avances en la participación en el mercado laboral. A partir de 1940, las mujeres se convirtieron en la mayoría de la población brasileña y, a partir de 1998, se convirtieron en la mayoría del electorado. Parecía que el país avanzaba en el siglo XXI hacia una sociedad que se acercaba a la paridad de género. Sin embargo, la situación favorable al progreso de las mujeres ha cambiado desde la crisis económica de 2014 y se ha agravado aún más con los impactos de la pandemia del covid-19. Brasil ha experimentado retrocesos en el ámbito de la mayor autonomía de la mujer y la participación de la mujer en el mercado laboral.

Palabras clave: Pandemia. Género. Bono demográfico femenino. Desempoderamiento.

Abstract: Brazil was one of the countries that showed the greatest economic growth between 1900 and 1980. The favorable economic dynamic helped in the general progress of the population's living conditions and made it possible the reduction of gender inequalities in the country. Along the years, Brazilian women have achieved significant victories, such as achieving the right to vote in 1932, increasing life expectancy, increasing school enrollment, greater access to social security and social protection benefits (such as Bolsa Família) and major advances in labor market participation. From 1940 onwards, women became the majority of the Brazilian population and, from 1998 onwards, they became the majority of the electorate. It seemed that the country was moving in the 21st century towards a society approaching gender parity. However, the favorable situation to women's progress has changed since the 2014 economic crisis and has worsened even more with the impacts of the covid-19 pandemic. Brazil has seen setbacks in the field of greater female autonomy and women's participation in the labor market.

Keywords: Pandemic. Gender. Female Demographic Bonus. Disempowerment.

José Eustáquio Diniz Alves – Doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento Regional (Cedeplar) da UFMG e pesquisador aposentado do IBGE. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

Suzana Cavenaghi – Doutora em Demografia pela Universidade do Texas - Estados Unidos e pesquisadora aposentada do IBGE.

INTRODUÇÃO

1. O Debate sobre a Inserção Feminina no Mercado de Trabalho

As mulheres brasileiras foram excluídas das atividades do mercado de trabalho extra doméstico ao longo da história brasileira, pois sempre existiu uma enorme concentração ocupacional em poucas atividades produtivas e uma considerável discriminação salarial. Mas, assim mesmo, o crescimento da inserção feminina na força de trabalho foi significativo, especialmente após a Segunda Guerra mundial.

Em meados do século passado, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era de somente 13,6%, passando para 16,5% em 1960 e atingindo 18,5% em 1970. Ou seja, menos de uma mulher em cada cinco tinha acesso às oportunidades laborais remuneradas, segundo os dados dos censos demográficos do IBGE. Estes números sustentaram a abordagem teórica sistematizada pela socióloga e feminista Heleieth Saffioti, no livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”.

Nas palavras da autora, o objetivo do livro era: “*Apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera na sociedade de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino*”(Saffioti, 1976, p. 17). Sem dúvida, Saffioti fez grande esforço para denunciar a exclusão feminina do mercado laboral e seus trabalhos acadêmicos contribuíram para dar visibilidade ao problema da segregação ocupacional.

Contudo, ao contrário da exclusão sistemática, houve uma entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho nas décadas seguintes, em decorrência da maior escolaridade feminina e das transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas na segunda metade do século XX. Isto possibilitou que, cerca de vinte anos após a publicação do livro de Saffioti, outra socióloga e feminista, Cristina Bruschini, fizesse uma constatação oposta àquela da tese da exclusão feminina do mercado de trabalho. No texto, “O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes”, ela diz: “O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 70. Fartamente documentada pelos estudos sobre o tema e apoiada em dados, a presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo o urbano, vem sendo cada vez mais intensa e diversificada e não mostra nenhuma tendência a retroceder, apesar das sucessivas crises econômicas que têm assolado o país a partir dos anos 80” (Bruschini, 1994, p. 179).

De fato, Bruschini captou as tendências daquele momento, pois o Brasil seguiu mais a linha de países que incorporaram as mulheres na população economicamente ativa (como na China - que tem taxas recordes de participação feminina no mercado de trabalho urbano), do que de países que desperdiçam o potencial produtivo das mulheres (como a Índia – que tem taxas de participação feminina no mercado urbano menores do que no rural). De fato, durante as últimas cinco décadas, grande parte das mulheres brasileiras conquistaram, pouco a pouco, o direito básico ao trabalho.

Entre 1970 e 2010 a taxa de participação feminina no mercado de trabalho passou de 18,5% para 48,9%, segundo dados dos censos demográficos do IBGE. Quase metade das mulheres de 15 anos e mais estavam no mercado de trabalho. A diferença em relações aos homens diminuiu muito. Em 1950, a taxa de participação masculina era de 80,8% contra 13,6% da taxa feminina (uma diferença de 67,2%). Em 2010, a taxa masculina estava em 67,1% contra 48,9% das mulheres (uma diferença de somente 18,2%). Ou seja, o hiato de gênero diminuiu muito e a tendência histórica

indicava uma aproximação no futuro imediato. Houve, neste período, uma redução do hiato de gênero nas taxas de atividade e maiores ganhos de produtividade em função do fato de as mulheres possuírem níveis educacionais superiores aos dos homens. Por isso se diz que o bônus demográfico no Brasil é feminino (WAJNMAN, 2006).

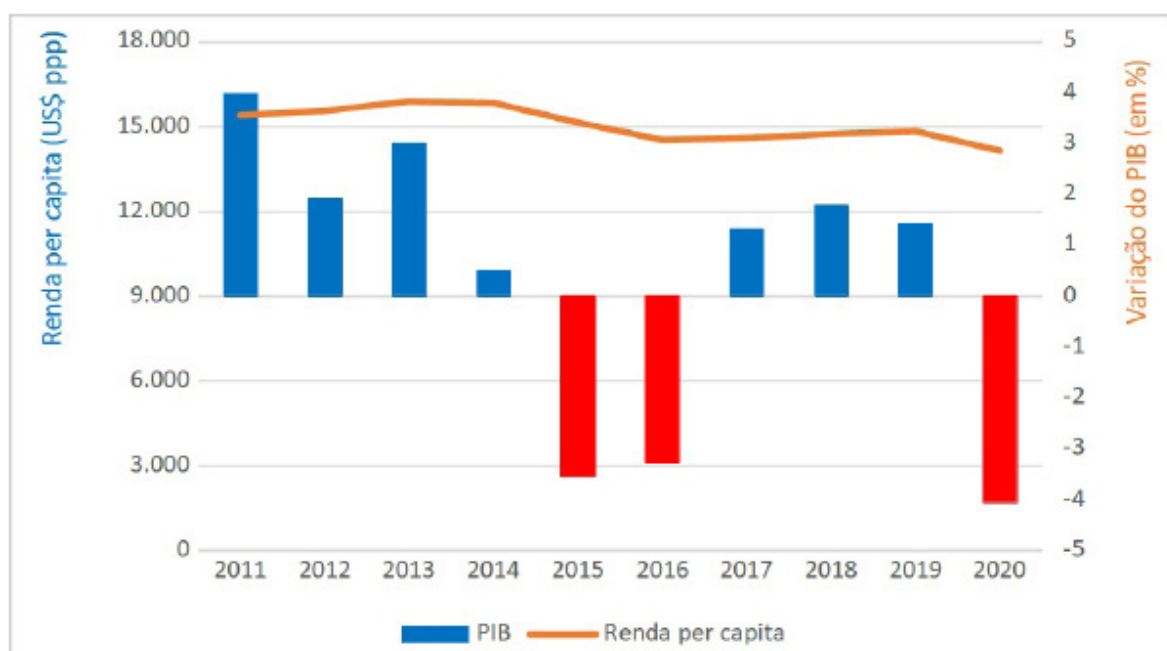
2. A década economicamente perdida (2011-20)

Os “anos dourados” não existem mais. Desde o ano de 1980 o Brasil tem apresentado uma taxa de crescimento abaixo da média mundial. O país teve a sua primeira década perdida de 1981-90, apresentou uma retomada moderada do Produto Interno Bruto (PIB) e, novamente, vivenciou uma nova década perdida entre 2011-20, com valores mais graves do que a anterior.

O relatório WEO, do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em abril de 2021, sistematiza uma série de estatísticas nacionais e internacionais de 1980 até 2020. O gráfico abaixo mostra a variação do PIB e da Renda per capita (US\$ a preços constantes em poder de paridade de compra – ppp) do Brasil, entre 2011 a 2020. Nota-se que o PIB cresceu acima de 2% entre 2011 e 2013, caiu para próximo de zero em 2014, teve uma grande queda em 2015 e 2016, uma recuperação lenta de 2017 a 2019 e uma queda recorde em 2020. No conjunto da década, houve uma redução de cerca de 3% do PIB e uma redução ainda maior da renda por habitante. Isto quer dizer que a renda per capita brasileira caiu de US\$ 15,4 mil em 2011 para US\$ 14,1 mil.

Evidentemente, esta queda do PIB e da renda média da população brasileira significa que aumentou a pobreza, o desemprego e o desalento da força de trabalho. Esta situação é ruim para todas as pessoas, mas afeta especialmente as mulheres que vinham avançando nas últimas seis décadas e que ainda tinham perspectiva de aumentar a taxa de atividade e reduzir o hiato de gênero no mercado de trabalho.

Variação do Produto Interno Bruto e da Renda per capita (em ppp), Brasil: 2011-2020



Fonte: FMI,WEO, Abr21 <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>

A situação econômica do Brasil já estava ruim antes de 2020, com graves problemas sociais e uma gravíssima crise fiscal (enorme déficit e dívida pública). Contudo, o que estava ruim, piorou muito com a chegada do novo coronavírus, que se transformou não só na maior emergência sanitária da história, mas também gerou um pandemônio econômico e social no país.

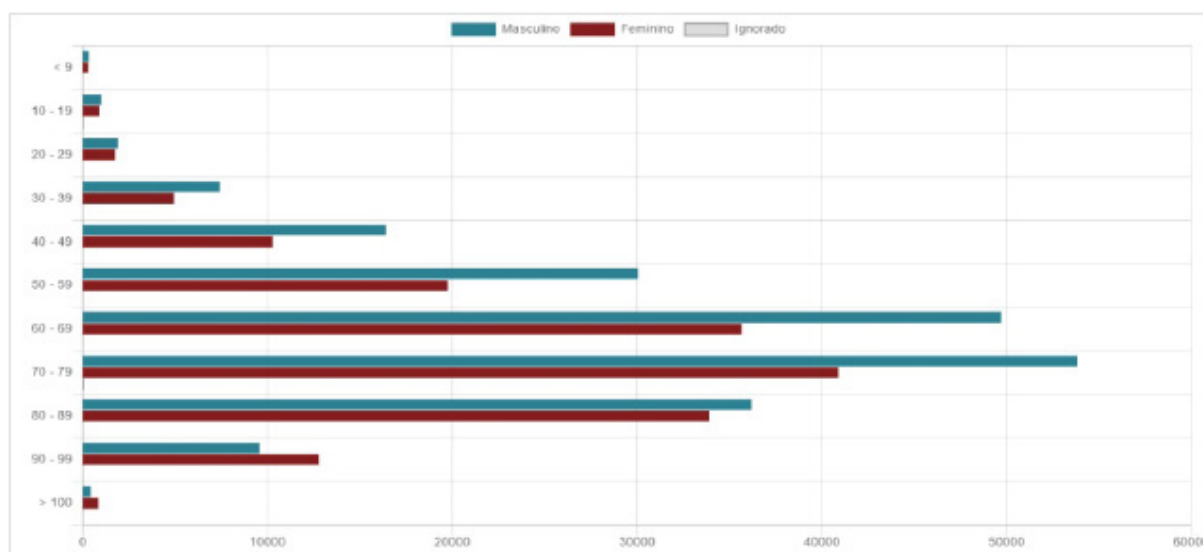
3. O impacto da covid-19 na morbimortalidade

O Brasil vive o momento mais dramático da pandemia da covid-19 e as mulheres brasileiras não tiveram nada a comemorar no Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2021. O país atingiu 11 milhões de infectados pelo SARS-CoV-2 no Dia das Mulheres e se aproximou de 270 mil vidas perdidas. Mas o que estava ruim piorou ao longo dos meses de março e abril, e o Brasil se aproxima de 15 milhões de casos e de 400 mil mortes no final de abril de 2021. Os homens (especialmente os mais idosos) são os que mais morrem pela covid-19, mas as mulheres pagam um preço maior pela perda de conquistas históricas e em função do agravamento das dificuldades econômicas, sociais e familiares do dia a dia.

O gráfico abaixo, do Portal da Transparência do Registro Civil, administrado pela AR-PEN Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), mostra que a maior parte das mortes pela covid-19 no Brasil está concentrada nas idades acima de 60 anos, sendo que os homens são maioria entre as vítimas fatais em todas as faixas etárias, com exceção de 90 anos e mais. No acumulado das mais de 260 mil vidas perdidas do país no período, os homens representam 57% do total de mortes e as mulheres 43%. Em consequência, o Brasil deve apresentar, assim que saírem os dados definitivos de 2020, a primeira redução da esperança de vida ao nascer em mais de um século.

A esperança de vida ao nascer sempre foi baixa na maior parte da história do Homo sapiens. Durante cerca de 200 mil anos a média de vida das pessoas estava abaixo de 30 anos. Todavia, com os avanços no padrão alimentar, as melhorias no saneamento e na higiene e com os avanços da medicina, a esperança de vida começou a subir no século XIX. No Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 29 anos em 1900, passou para 70,1 anos em 2000 e alcançou 75,9 anos em 2019. Portanto, a longevidade mais do que dobrou no século passado e, no século XXI, o Brasil continuou ganhando 0,3 ano a cada 12 meses. O aumento da esperança de vida é fundamental para o desenvolvimento humano dos indivíduos, das famílias e da nação, pois o aumento do capital humano é tanto maior quanto maior for a longevidade. Contudo, a pandemia da covid-19 deixou 194.949 vítimas fatais em 2020 (segundo o Ministério da Saúde) e provocou uma redução da esperança de vida do Brasil, constituindo um retrocesso sem precedente nos 200 anos da Independência do país.

Óbitos com suspeita ou confirmação de covid-19, por sexo e faixa etária Brasil: 01/09/2020 a 18/03/2021



Fonte: Portal da Transparência do Registro Civil (<https://transparencia.registrocivil.org.br/especial-covid>)

O mês de abril foi o mais letal da pandemia e, pela primeira vez na história do país, o número de óbitos superou o número de nascimentos na região Sudeste. Nos primeiros 300 anos do Brasil, após a chegada dos portugueses, a população não nativa cresceu em ritmo lento e a população indígena sofreu um grande genocídio devido à dominação europeia e em decorrência das epidemias exógenas que se espalharam pelo território de “Pindorama”. Mas a partir da chegada da Corte Portuguesa, a população brasileira deu um salto fenomenal. O Brasil tinha 3,5 milhões de habitantes em 1808 e chegou a 213 milhões em 2021 (um aumento de 61 vezes em 213 anos). O incremento anual foi crescente e ininterrupto entre 1808 e 1980, mas, a partir das duas últimas décadas do século XX, os acréscimos anuais, embora sempre positivos, entraram em fase de desaceleração.

Ou seja, com a transição demográfica, as taxas de natalidade começaram a cair e, com o envelhecimento populacional, o número absoluto de óbitos iniciou uma trajetória ascendente. Mas o encontro das duas curvas estava previsto para 2047, segundo as últimas projeções do IBGE. Em 1980, o número anual de nascimentos no Brasil era de 4 milhões de bebês. Este número caiu para cerca de 3 milhões em 2010. Em 2016, principalmente em decorrência da epidemia da Zika, o número de nascimentos caiu para 2,9 milhões, mas subiu novamente, em 2017, para o patamar estimado da projeção populacional, em torno de 3 milhões. A estimativa é que o número de nascimentos chegue a 2,35 milhões em 2047. O número de mortes estava na casa de 1 milhão de óbitos em 1980 e subiu para algo em torno de 1,25 milhão de óbitos em 2010. As projeções do IBGE indicavam 1,7 milhão de óbitos em 2030 e 2,36 milhões de óbitos em 2047 (quando os óbitos passariam, definitivamente, o número de nascimentos). Assim, mesmo que de forma temporária, uma mortalidade acima da natalidade é um fato inédito.

O artigo "Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19", publicado no site Medrxiv (09/04/2021) e elaborado por pesquisadores de renome internacional, encabeçado pela demógrafa Marcia Castro (da Universidade de Havard), estima que houve uma redução média de 1,94 ano na expectativa de vida ao nascer da população brasileira, voltando aos níveis de 2013.

Considerando a expectativa de vida aos 65 anos, a queda foi de 1,58 ano, fazendo a sobrevivida da população idosa voltar ao nível de 2009. A queda da esperança de vida ao nascer foi maior entre os homens e a população da região Norte. Ambos os sexos vão pagar um alto preço, mas o diferencial de gênero, em termos de anos esperados de vida, que já é elevado, irá aumentar ainda mais.

Choques exógenos podem derrubar a esperança de vida, mas, em geral, ela se recupera rapidamente, como aconteceu no Japão, quando Fukushima foi atingida por terremoto, tsunami e acidente nuclear, ao mesmo tempo, em 2011. Porém, os autores consideram que a atual queda no tempo médio de vida da população brasileira não deve se recuperar de imediato, por cinco motivos. Primeiro, o Brasil continua batendo recordes de vidas perdidas em 2021 e, apenas nos 4 primeiros meses de 2021, deve repetir o número de mortes da covid-19 de 2020 e o país se tornou um berçário de novas cepas do novo coronavírus. Segundo, a sobrecarga do sistema de saúde e o colapso hospitalar prejudica o atendimento dos serviços de atenção primária no Brasil. Terceiro, aumenta a morbidade em decorrência da covid-19 e há evidências de que as sequelas da pandemia podem encurtar a vida de parte dos milhões de brasileiros que foram infectados pelo SARS-CoV-2. Quarto, o Brasil já vinha sofrendo com a recessão econômica que começou em 2014, mas o declínio da economia em 2020 e todo o impacto da pandemia veio agravar a situação de pobreza, insegurança alimentar e desemprego, o que deve ter impacto na sobrevivência da população mais pobre do país. Quinto, as reduções no orçamento da saúde e as mudanças no modelo de financiamento tendem a reduzir o acesso e a cobertura da atenção primária e aumentar a mortalidade infantil e outras mortes evitáveis. Em síntese, a queda inédita da esperança de vida que ocorreu em 2020 pode se repetir com maior intensidade em 2021, especialmente porque não há um planejamento por parte do Governo Federal para aliviar o Brasil desta situação catastrófica.

A maior longevidade feminina seria motivo de grande comemoração se viesse acompanhada de uma esperança de vida saudável e de melhores condições cotidianas de existência. Contudo, a pandemia da covid-19 não afetou somente as estatísticas vitais, mas também provocou um pandemônio na economia e nas relações costumeiras das pessoas, no âmbito profissional e familiar. A modernidade tem sido marcada pela separação entre locais de trabalho e estudo e local de moradia. Contudo, a covid-19 forçou a “volta para casa”, recorrendo ao “home office” e ao “homeschooling” forçados.

Sem embargo, a pandemia não mudou o cerne da divisão sexual do trabalho que comumente reserva o trabalho remunerado e produtivo em maior proporção aos homens e, de forma extrema, atribui às mulheres o trabalho não remunerado e reprodutivo. Assim, a pesada e desigual responsabilidade das tarefas do cuidado e da reprodução da vida cotidiana acentua as desigualdades de gênero, em especial, após o fechamento das escolas, de muitos serviços e da maior centralidade dos trabalhos domésticos. Em muitos casos, a dupla jornada de trabalho feminino passou a ser realizada dentro das quatro paredes do lar.

4. A queda da natalidade e o aumento da mortalidade materna em meio à pandemia

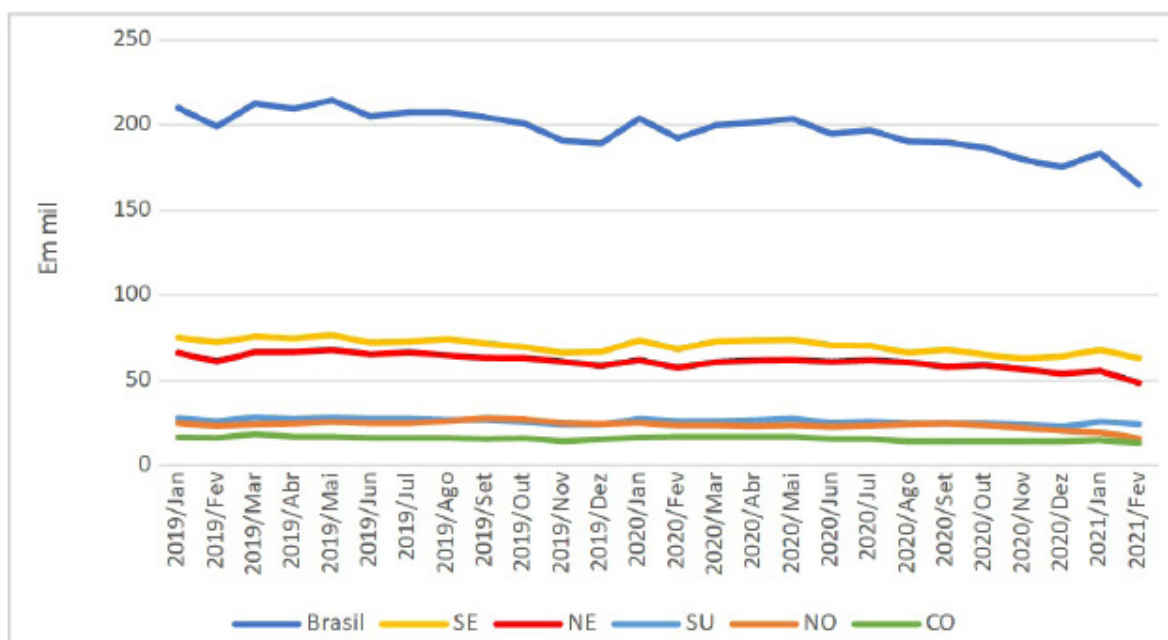
Além da alta mortalidade provocada pelo SARS-CoV-2, a pandemia também tem afetado as taxas de natalidade em muitos países do mundo. Ao contrário de alguns analistas que não entendem das complexidades da dinâmica demográfica e que previram um “baby boom” no Brasil durante a pandemia, o que ocorreu no país foi uma redução do número de nascimentos. Como apontou Coutinho *et al*, em artigo publicado na revista acadêmica REBEP: “A literatura aponta que, em cenários de crises de saúde pública e de eventos catastróficos, pode haver redução temporária do

número de nascimentos, seguida de uma recuperação nos cinco primeiros anos subsequentes, ou seja, um aumento da fecundidade como resposta à melhoria no cenário econômico, social e de saúde pública” (2020, p. 2).

Como mencionei no hebdomadário Diário da Covid-19, “No Sudeste, pela primeira vez, óbitos superam nascimentos”, aqui no # Colabora (Alves, 11/04/2021), muitas mulheres e casais optaram por postergar suas decisões reprodutivas em função do medo do contágio pela covid-19, da sobrecarga do sistema hospitalar, da crise econômica que gerou grande aumento do desemprego e redução da população ocupada. Tudo isto aumentou o desejo de adiamento da gravidez em decorrência das incertezas e dos constrangimentos de uma conjuntura adversa. Além disso, o agravamento dos problemas familiares durante o confinamento fez aumentar o número de separações e divórcios e o distanciamento social e a proibição de festas e aglomerações fez cair o número de casamentos de 960 mil em 2019 para 710 mil em 2020, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil. O resultado agregado de todos estes fenômenos foi a diminuição do número de nascimentos, a ponto do número de óbitos superarem o número de nascimentos na região Sudeste em abril de 2021.

O gráfico abaixo, com dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), mostra que, para o Brasil como um todo, as internações por Gravidez, Parto e Puerpério diminuíram de cerca de 200 mil ao mês em 2019, para cerca de 180 mil no final de 2020 e menos de 170 mil em fevereiro de 2021. As maiores quedas ocorreram, evidentemente, na região Sudeste, mas o número de internações se reduziu em todas as regiões, variando de 10% a 20% a menos.

Internações por Gravidez, Parto e Puerpério, Brasil e regiões: jan/2019 a fev/2021



Fonte: MS - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) - Capítulo CID-10: XV

Para agravar a situação, aumentou a taxa de mortalidade materna no Brasil pandêmico. O número de óbitos de gestantes e de puérperas (mães de recém-nascidos) por Covid-19 mais do que dobrou em 2021 em relação à média semanal de 2020, segundo dados do Observatório Obstétrico

Brasileiro Covid-19 (OOBr Covid-19). No ano passado, foram registradas 453 mortes (10,5 óbitos na média semanal) e, em 2021, foram 289 mortes até 7 de abril (22,2 óbitos na média semanal). Assim, a pandemia tem aumentado o número de vidas perdidas e tem reduzido o número de nascimentos. Este processo vem ocorrendo desde o ano passado, mas agora (dia 16/04) o secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Raphael Parente, pediu, se for possível, que as mulheres adiem a gravidez até haver uma melhora da pandemia.

Um aspecto inegável é que as mulheres foram as mais afetadas pela crise econômica e o colapso do mercado de trabalho, com a perda de empregos e renda e o acirramento do fenômeno da “feminilização da pobreza” (as mulheres são maioria entre os segmentos mais pobres da população). Décadas de progresso feminino foram interrompidas nos últimos anos de recessão e as perspectivas para 2021 não são nada boas.

5. A Covid-19, o Mercado de Trabalho e o Desempoderamento Feminino

A entrada da mulher no mercado de trabalho é uma conquista histórica que ocorreu progressivamente na modernidade. A escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797), considerada a primeira feminista da era moderna, escreveu o livro “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (2016), publicado originalmente em 1792, defendendo a necessidade da autonomia feminina para a garantia dos direitos de cidadania e para o progresso material e intelectual de ambos os sexos. Ela afirmou: “É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo”.

Das reivindicações dos direitos da mulher, a participação política, a educação e a inserção no mercado de trabalho são as bandeiras mais fundamentais para o fortalecimento do “segundo sexo”. O empoderamento feminino no Brasil começou com o direito de voto estabelecido em 1932 e, em sequência, com a inserção em massa das mulheres na educação e no mercado de trabalho. A partir de 1940, o sexo feminino passou a ser maioria da população brasileira e as mulheres com maior participação política, maior nível educacional e maior inserção no mercado de trabalho tiveram um papel fundamental nos avanços econômicos e sociais do país após o fim da Segunda Guerra.

De modo geral, o Brasil avançou no sentido de estabelecer maior equidade de gênero. Em alguns casos – como na educação – as desigualdades de gênero foram revertidas e, em outros casos – como no mercado de trabalho – as desigualdades foram reduzidas. O fato é que o Brasil estava caminhando, mesmo que em ritmo pouco acelerado, para um quadro de relações de gênero cada vez menos desigual. As relações sociais entre homens e mulheres estavam progredindo durante as últimas seis a sete décadas, como mostraram Alves e Cavenaghi (2019).

Entretanto, os avanços foram interrompidos com a grande recessão econômica de 2014-16 e se transformaram em retrocesso com a recessão covídica de 2020. O pesquisador do IPEA, Marcos Hecksher – doutor em estudos populacionais – mostrou que a taxa de atividade feminina voltou aos níveis de 1990, quando havia menos da metade das mulheres em idade produtiva inseridas no mercado de trabalho (Hecksher, 2020). De fato, o quadro é desalentador não só para as mulheres, mas também para toda a nação brasileira.

O trabalho é um direito estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e também na Constituição Brasileira, de 1988. Mas além disto, o trabalho é a fonte da riqueza

za das nações como mostraram Adam Smith no século XVIII e Karl Marx no século XIX. Desta forma, o “Pleno Emprego e o Trabalho Decente” é a bandeira que une concretamente um direito fundamental e os meios para se avançar nas conquistas sociais juntamente com uma maior equidade de gênero, de geração, de raça e de qualquer outro recorte interseccional.

Portanto, o grande drama do Brasil atual se deve ao desrespeito ao direito básico ao trabalho e também em decorrência do desperdício do potencial produtivo da população brasileira. O Brasil fechou o ano de 2020 com cerca de 14 milhões de pessoas procurando trabalho (desemprego aberto) e com 32 milhões de pessoas subutilizadas, segundo a taxa composta de subutilização da força de trabalho (que mede o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial), do IBGE.

Isto contrasta com o fato de que o Brasil vive o seu melhor momento demográfico e poderia ter aproveitado este instante para dar um salto na renda e na qualidade de vida de seus habitantes. Porém, na prática, está desperdiçando uma janela de oportunidade única, como mostra o gráfico abaixo, que utiliza três fontes de dados do IBGE, para descrever a evolução da relação entre a população ocupada total (e por sexo) em relação ao conjunto da população brasileira de 1950 a 2020 e com projeções até 2040.

6. O Desperdício do Bônus Demográfico Brasileiro

Em meio à crise de 2015, o Grupo de Trabalho Gênero da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e a Fundação Carlos Chagas (FCC) organizaram o seminário “Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais”, ocorrido em São Paulo. Os principais trabalhos do evento foram publicados em livro com o mesmo título (ITABORAI; RICOLDI, 2016).

Foi reconhecido que a crise econômica brasileira estava interrompendo seis décadas de aumento da taxa de ocupação das mulheres, reduzindo, inclusive, o percentual daquelas com curso superior nas atividades produtivas. A conjuntura econômica estava revertendo o processo de inserção feminina no mercado de trabalho exatamente no momento em que a estrutura etária brasileira encontrava-se em seu momento mais favorável, pois a razão de dependência demográfica apresentava os valores mais baixos no quinquênio 2015-20. Dessa forma, foi chamado a atenção para a tendência de “desempoderamento das mulheres brasileiras” e o desperdício do bônus demográfico feminino (ALVES, 2016).

No mesmo seminário, apresentando uma visão otimista, Wajnman (2016) entendia que a crise econômica teria, de fato, um efeito desastroso no curto prazo, mas, no longo prazo, os efeitos de composição provocados pela maior escolaridade feminina deveriam elevar novamente as taxas de atividade das mulheres na força de trabalho, possibilitando que as tendências de maior inserção feminina, de longo prazo, fossem retomadas e as desigualdades na taxa de participação entre homens e mulheres pudessem ser reduzidas.

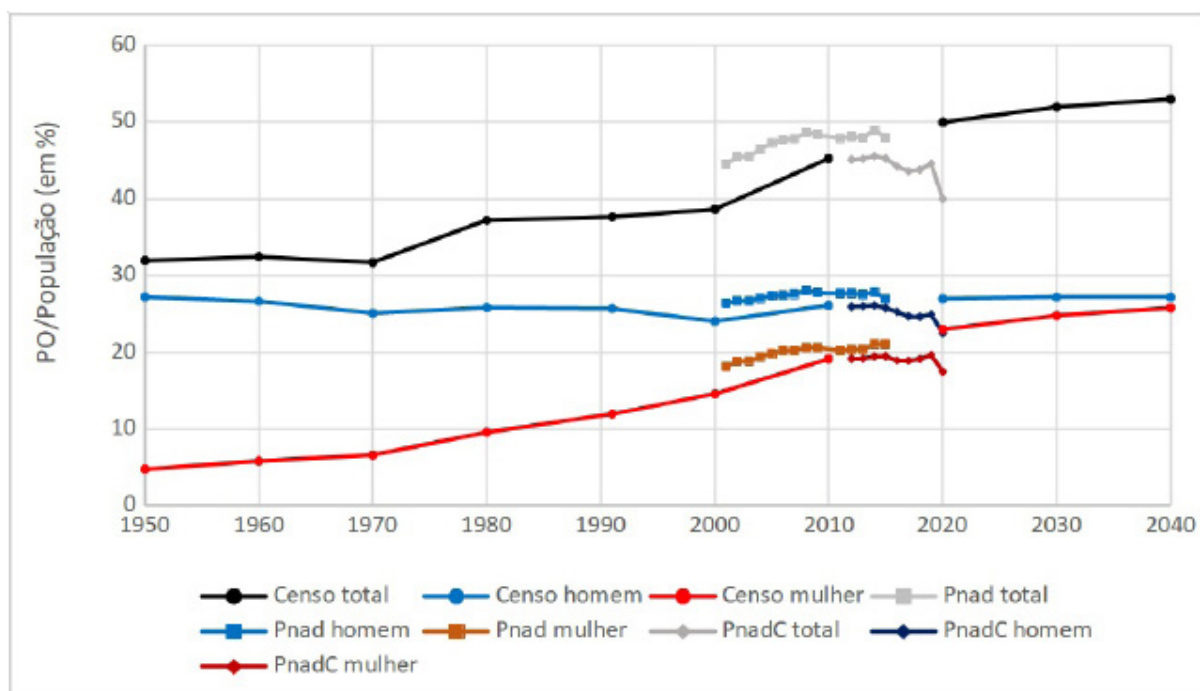
Não sem surpresa, a realidade brasileira confirmou as previsões pessimistas e não as otimistas. Analisando os dados dos censos demográficos, nota-se que a população ocupada masculina em relação à população total do país ficou praticamente constante, em torno de 27% entre 1950 e 2010. Já a população ocupada feminina em relação à população total cresceu de 4,7% em 1950 para 19,2% em 2010, mostrando que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi o principal componente do bônus demográfico brasileiro. O conjunto dos ocupados (homens + mulheres)

em relação à população total passou de 32% em 1950 para 31,7% em 1970 e para 45,3% em 2010, significando que, entre 1970 e 2010, houve um aproveitamento do bônus demográfico, pois a proporção de trabalhadores efetivos aumentou em relação aos consumidores efetivos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) também mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava aumentando entre 2001 e 2014 (2015 já teve uma pequena queda). Da mesma forma, os dados da PNAD Contínua (para o segundo trimestre do ano) mostram que a relação entre a população ocupada e a população total estava avançando até 2014. Portanto, as taxas de ocupação estavam com viés de alta e, conseqüentemente, a renda estava crescendo, a pobreza estava se reduzindo e o Brasil estava aproveitando, ainda que parcialmente, o bônus demográfico. A diferença de gênero entre as taxas de ocupação de homens e mulheres estava se reduzindo e a maior inserção feminina no mercado de trabalho contribuía não somente para a autonomia das mulheres, mas para a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira. No Brasil, os ganhos da estrutura etária são decorrentes, essencialmente, de um bônus demográfico feminino.

Desafortunadamente, o quadro mudou completamente com a recessão econômica que teve início em 2014. Os dados da PNADC mostram que a população ocupada (de 14 anos e mais) em 2014 era de 92 milhões de pessoas e caiu para 83 milhões no segundo trimestre de 2020, a despeito do crescimento da população total. A taxa de ocupação (PO/PT) feminina, que estava acima de 19% no início da série da PNADC, caiu para 17,5% em 2020. Ou seja, depois de 60 anos de ganhos ininterruptos no mercado de trabalho, houve uma diminuição na proporção de mulheres inseridas nas diversas profissões. Isto significa não somente um empobrecimento nacional, mas um desempoderamento feminino, conforme discutido no artigo “Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino” (Alves, 2016).

População Ocupada (PO) sobre a População Total (PT), Brasil: 1950-2040



Fonte: IBGE, Censos demográficos (1950-2010), PNAD (2001-2015) e PNADC (2º trimestre, 2012-2020)

Nota: Projeções de 2020 a 2040

Para aproveitar o bônus demográfico, as taxas de ocupação deveriam seguir a linha pontilhada do gráfico entre 2020 e 2040. O Brasil ganharia e teríamos uma maior igualdade de gênero com a continuidade da inserção feminina no mercado de trabalho. A projeção do aumento da taxa de ocupação para 53% pode até ser considerada conservadora, diante de experiências como as da China e do Vietnã, que chegaram a ter cerca de 60% da população total ocupada. A experiência internacional mostra que nenhum país conseguiu enriquecer e manter elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) após envelhecer (ALVES e CAVENAGHI, 2019). Países de renda média que não aproveitam o bônus demográfico costumam ficar presos eternamente na “Armadilha da renda média”.

O Brasil já enfrenta uma situação crítica. No dia 31 de março de 2021, o Fórum Econômico Mundial divulgou o ranking global de igualdade de gênero, mostrando que o Brasil ocupa o 93º lugar entre 156 nações, uma perda de 22 posições em relação ao ano de 2014, quando estava em 71º lugar. Uma das principais causas deste retrocesso está no mercado de trabalho (inclusive na política), pois a taxa de atividade feminina voltou aos níveis de 1990, quando havia menos da metade das mulheres em idade produtiva inseridas no mercado de trabalho. Isto contrasta com o fato de que o Brasil está vivendo o seu melhor momento demográfico e poderia ter aproveitado este instante para dar um salto na renda e na qualidade de vida de seus habitantes.

CONCLUSÕES

O Brasil está passando por um momento de regressão da renda per capita, de reprimarização e de especialização regressiva na estrutura produtiva. O ano de 2020 trouxe grande recessão, aumento do déficit e da dívida pública e grande crise no mercado de trabalho, enquanto quase 200 mil pessoas morreram pela covid-19 somente de março a dezembro. O ano de 2021 terá um número de mortes pela covid-19 ainda maior. Se o quadro não mudar, em 2022, o país vai chegar nos 200 anos da Independência com enormes retrocessos.

Neste complexo quadro econômico e político, certamente a demografia – considerando a queda da fecundidade e o envelhecimento populacional – não pode ser responsabilizada pela estagnação nacional. Na verdade, os erros da política macroeconômica estão provocando o fim precoce do bônus demográfico, com grande desperdício de pessoas não ocupadas, em particular pessoas que estudaram mas não encontram uma colocação no mercado de trabalho. Há milhões de jovens que nem estudam e nem trabalham e possuem um futuro incerto.

Há 80 anos, em 1941, o jornalista austríaco Stefan Zweig publicou o livro "Brasil, País do Futuro". Nos primeiros 40 anos da obra de Zweig, parecia que o futuro estava cada vez mais perto, pois o Brasil crescia acima da média mundial e avançava de maneira célere no ranking dos indicadores sociais. Contudo, nos últimos 40 anos, a partir da crise de 1981, o fluxo da evolução virou refluxo. O futuro está ficando cada vez mais distante. Na última década o país encolheu de forma absoluta e relativa no contexto internacional e o sexo feminino foi o mais prejudicado.

Desta forma, o destino do Brasil está intrinsecamente ligado ao destino das mulheres. Só haverá progresso nacional se houver maior empoderamento feminino e maior equidade de gênero. Assim como toda maratona começa com um simples passo, o Brasil do futuro depende, em primeiro lugar, da vitória sobre o SARS-CoV-2 e, em segundo lugar, a retomada do mercado de trabalho. Isto posto, é preciso reforçar a luta pelo Pleno Emprego e o Trabalho Decente. Como disse Simone de Beauvoir (1908 – 1986): “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância

que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. E, segundo a perspectiva de Mary Wollstonecraft, trata-se de: “trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo”.

Infelizmente, como mostrei em 2015, o processo de empoderamento feminino tinha sido interrompido e o Brasil iniciava uma fase inédita nas últimas 7 décadas, que é a novidade do desempoderamento feminino. A pandemia da covid-19 apenas agravou uma situação que já vinha se deteriorando desde 2014. Neste momento, somente uma grande mobilização nacional pode mudar esta conjuntura adversa e avançar na inclusão equitativa de gênero.

REFERÊNCIAS

ALVES, JED; CAVENAGHI, S. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 122, p. 11-26, julho/agosto/setembro 2019. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162614/156453>

ALVES, J. E. D. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Belo Horizonte: Abep, 2016. p. 21-44. ISBN 978-85-85543-31-0. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/issue/view/40>

ALVES, JED. CAVENAGHI, S. O rápido e intenso processo de envelhecimento populacional no Brasil. In: CÔRTE, B. LOPES, RGC (Orgs.) *Longeviver, políticas e mercado*, Portal Edições, SP, 2019. <https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/produto/longeviver-politicas-e-mercado/>

ALVES, JED. *Diário da Covid-19: Na contramão da queda global, mortes sobem no Brasil*, # Colabora, 14/02/2021. <https://projetocolabora.com.br/ods3/na-contramao-da-queda-global-mortes-sobem-no-brasil/>

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. NovaFronteira, 1980
BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes, *Revista Estudos Feministas*, 1994

CASTRO, Marcia et. al. *Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19*, Medrxiv, 09/04/2021. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.04.06.21255013v1.full.pdf>


COUTINHO, R. Z. et. al. Considerações sobre a pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a fecundidade e a saúde sexual e reprodutiva das brasileiras. *Rev. bras. estud. popul.* vol.37 São Paulo 2020 EpubOct 26, 2020. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982020000100552

FMI. *Fundo Monetário Internacional*, WEO, Abril de 2021. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>

HECKSHER, Marcos. *Datação de microdados da Pnad contínua, queda recorde da ocupação e proposta para desonerar o emprego*, Webinário IPEA, 15/07/2020

IBGE. *Censos demográficos (diversos anos) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)*, 2021

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Vozes, 1976



SIMÕES, PHC. ALVES, JED. SILVA, PLN. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.541-566, set./dez. 2016

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. (org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?* Belo Horizonte: Abep, 2016. p. 45-58.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, M. (org.). *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p.77-108.

WEF. *Global Gender Gap Report 2021*, World Economic Forum, 03/2021. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo, São Paulo, 2016

